

Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana Habitação e Desenvolvimento Local

Proposta, nº173/2014

“Aprovar a transmissão para o Município de Lisboa, a título gratuito de uma parcela de terreno particular, com a área de 762,66 m², sita na Estrada de Telheiras e aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal de Lisboa a afetação ao domínio público municipal da mesma parcela.”

Parecer

A presente proposta é submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 33º, nº1, alínea c) e do artigo 25º, nº 1 alínea q) todos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

A proposta está no que concerne ao seu objeto da competência da Assembleia Municipal em condições de ser apreciada e votada .

Foi entendimento da Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo , Reabilitação Urbana , Habitação e Desenvolvimento Local, expressa pelos deputados das várias forças políticas e deputados independentes nela representados que a transmissão a título gratuito para o Município dos 762,66m² se torna necessária para o desenvolvimento do projeto aprovado pela Câmara já que irá constituir o passeio adjacente ao prédio urbano com área de 5.932,00m².

A Assembleia Municipal de Lisboa através da sua Conferência de Representantes , entendeu que a mesma deveria baixar à 3ª Comissão a fim de lhe serem prestadas todas as informações relativas ao processo urbanístico que lhe deu origem e justificou esta doação.

Na impossibilidade da presença do Sr. Vereador Manuel Salgado, por motivo de força maior, compareceu para prestar os esclarecimentos o Sr. Arquiteto Jorge Catarino Tavares, Diretor Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística.

O processo teve origem na venda pela EPUL à SOCEI. Cooperativa de Equipamentos de Centros de Ensino , CRL de dois prédios urbanos para uma área total de intervenção e 7.223,00m², sendo a respectiva intervenção urbanística instruída pelo processo 266/EDI/2013.

A análise e acompanhamento deste processo foi feita por uma equipa conjunta da CML e da Direção Geral de Património Cultural, no que concerne à melhor preservação do antigo Convento das Portas do Céu , garantindo o projeto aprovado a manutenção de todos os elementos arquitectónicos e artísticos ainda possíveis de recuperação , atendendo ao seu estado de quase total degradação. Igualmente foi garantido pelo dirigente Municipal, terem sido escrupulosamente cumpridos todos os instrumentos urbanísticos em vigor,.

Apenas resultaram algumas duvidas quanto à operacionalidade do modelo e estrutura viária apresentados, pela circunstância de se estar na presença de um estabelecimento de ensino com muitas centenas jovens alunos que inevitavelmente farão concentrar nas horas de entrada e saída das aulas grande número de veículos que obrigatoriamente provocarão congestionamentos de transito com prejuízo para os próprios e toda as zonas envolventes .

Em função destas observações feitas na 3^a Comissão esta recomenda à Assembleia Municipal de Lisboa que solicite à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração de um estudo de tráfego que avalie as dificuldades e proponha as soluções que as possam minimizar .

O presidente e Relator

Victor Pereira Gonçalves